

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.920 - MS (2019/0005084-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **MELQUIZEDEQUI EPIFANIO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **KATIUSCIA DA FONSECA LINDARTEVIZE - MS014649**  
**JONHY LINDARTEVIZE - MS017520**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862**  
**HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526**  
**ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial pelos seguintes fundamentos: *i*) aplicação da Súmula 281/STF; *ii*) incidência da Súmula 284/STF; *iii*) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos óbices acima mencionados.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora

